

BIBLIOGRAFIA

J. B. LIBÂNIO — *Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo* (col. Fé e Realidade, 22), São Paulo, Ed. Loyola, 1987, 299 pgs.

PASCHOAL RANGEL — *Teologia da Libertação: juízo crítico e busca de caminhos*, Belo Horizonte, ed. O Lutador, 1988, 332 pgs.

Eis aqui dois livros que perseguem o mesmo fim, mas por caminhos diversos. O fim é informar com objetividade e amplitude o leitor sobre a chamada Teologia da Libertação (TdL) e oferecer-lhe um instrumento de trabalho para o aprofundamento crítico dos seus temas. Os caminhos são diversos seja no seu ponto de partida seja nas direções escolhidas para traçá-los nesse terreno teológico reconhecidamente acidentado. O próprio subtítulo dos dois livros aponta para a diversidade dos caminhos neles traçados. O P. Libânio, consagrado professor de Teologia no CES da Companhia de Jesus em Belo Horizonte, escreve um roteiro didático. Sendo um dos obreiros — dos mais notáveis — da TdL, move-se no interior de um terreno por ele profundamente conhecido e avança com segurança e maestria, levando o leitor pela mão — seu livro é uma *manuductio* no sentido mais autenticamente pedagógico do termo — e guiando-o por todas as regiões teológicas exploradas pela TdL. O Pe. Paschoal Rangel, já aposentado como Professor de Teologia na PUC-MG mas nem por isso deixando de ser teólogo notável — “teólogo-jornalista”, como se define — situa-se a cavaleiro da TdL para considerá-la a partir do mirante de uma visão teológica diferente e daí tentar desenhar o mapa e os caminhos desse novo país teológico e submetê-lo ao seu juízo crítico.

Não é, pois, ceder a um concordismo fácil afirmar que os dois livros são complementares e, finalmente, convergentes ao menos na sua intenção didática, sem falar na comunhão profunda da mesma *fides quaerens intellectum*. O leitor que desejar informar-se sobre o assunto e mesmo optar a respeito, só terá a lucrar com a leitura dos

dois livros: ampliará sua informação e fundamentará melhor sua opção.

No livro do Pe. Libânio brilham indiscutivelmente as qualidades didáticas que o tornaram um dos mais solicitados expositores de temas teológicos e pastorais na América Latina e em diversos países da Europa. À sua excelente formação teológica, de resto profundamente clássica, o Pe. Libânio acrescenta uma sólida e ampla base humanista, formado que foi na antiga *Ratio Studiorum S. J.*, e uma rigorosa preparação filosófica. Com este fundamento o seu trabalho teológico alcança um nível de elaboração intelectual que marca inconfundivelmente esse e outros livros seus. Além disso, a teoria e a prática do discernimento inaciano, que conhece profundamente, dão ao Pe. Libânio uma segurança de critérios que se faz visível mesmo no tratamento dos temas mais delicados e polêmicos. Por outro lado (e, ainda aqui, a tradição inaciana faz sentir sua benéfica influência) está presente em todo o livro o profundo *sensus Ecclesiae* que é como a alma do discurso teológico e que guia, como seguro instinto, os passos do teólogo nas aporias e encruzilhadas da sua teologia.

Roteiro didático, o livro do Pe. Libânio segue uma ordem tradicional, indutiva, que vai da experiência à teoria. Os tópicos fundamentais dessa ordem ou os passos desse roteiro são o *fato*, o *contexto* e a *estrutura*. Três capítulos complementares (c.c. XII, XIII, XIV) tratam respectivamente das declarações do magistério da Igreja sobre a TdL, das diversas tendências e estilos teológicos que nela se fazem presentes e das principais objeções que comumente se lhe movem, bem como das pistas para a sua solução. Ao fim de cada capítulo é indicada uma bibliografia brevemente comentada e sugerem-se temas para trabalho em grupo. Uma bibliografia geral é reunida no fim do volume, que conta ainda com um índice analítico e um índice remissivo de nomes.

O roteiro proposto pelo Pe. Libânio parte, pois, do campo de experiências aberto ao teólogo no qual nasce a TdL e que é circunscrito pelo fato *social* e pelo fato *eclesial* em interação e questionamento recíprocos (cap. I). Em seguida o A. aponta para o que ele chama "caminhos impérvios" (cap. II) que tornariam inviável o desenvolvimento de uma autêntica TdL. O fato, por sua vez, se mostra fato *teológico* quando situado num *contexto* de três dimensões e dentro do qual também o teólogo se encontra: o contexto sócio-

político, econômico e social, no caso o da América Latina (cap. III), o contexto eclesial (cap. IV) e o contexto teológico (cap. V). O cap. VI tem como finalidade integrar o fato e o seu contexto nas estruturas propriamente teológicas: trata da experiência de Deus, fonte da espiritualidade que deve alimentar qualquer projeto teológico (p. 103-104) que é aqui especificada como experiência de Deus no pobre. Assim especificada, essa experiência alimenta a espiritualidade que se traduz discursivamente em TdL. Esse capítulo, denso e belo, é sem dúvida o fulcro sobre o qual repousa o equilíbrio teológico de todo o livro. Postos esses preliminares, a estrutura da TdL é estudada em cinco capítulos (c.c. VII-XI). São capítulos de natureza predominantemente epistemológica e metodológica, nos quais a estrutura discursiva da TdL é analisada segundo a clássica tridimensionalidade da pragmática, da semântica e da sintática (caps. VII, VIII, IX; seria aconselhável inverter a ordem dos temas, pois a sintaxe precede, na construção e análise do discurso a semântica e esta a pragmática). A estrutura discursiva é estudada então no seu alcance teológico, levando-se em conta as mediações teóricas que utiliza (cap. X). Nesse capítulo são estudadas as chamadas mediações sócio-analíticas e a *vexata quaestio* da análise marxista é tratada com serenidade e equilíbrio. Enfim, a fecundidade hermenêutica do discurso da TdL é estudada no cap. XI e aí é reivindicada vigorosamente a originalidade teológica da TdL.

Evidentemente não é o lugar, numa simples recensão, para a discussão aprofundada de temas e problemas no livro do Pe. Libânio que parecem reclamar essa discussão. Indico simplesmente alguns deles. A TdL parece encontrar seu desafio teórico mais importante na elaboração conceptual da noção de *práxis* aplicada à vida cristã, já que ela se pretende explicitamente uma *teologia da práxis* (p. 117). Ora, na produção teológica da TdL não se encontra, salvo engano, nenhum eco dessa enorme bibliografia histórico-teórica em torno da noção de *práxis*, de Aristóteles a nossos dias, que vem enriquecendo a literatura filosófica recente. Em particular, parece que os teólogos da TdL não se entregaram a um estudo aprofundado da noção de *práxis* pós-hegeliana (sobretudo na linha de Marx e dos marxismos). Ora, essa noção é absolutamente essencial para a compreensão da noção de *ideologia* de procedência marxiana, da qual os mesmos teólogos fazem largo uso. No que diz respeito às chamadas mediações sócio-analíticas e à análise marxista, duas questões importantes de apresentam. Nas páginas em que se trata das primeiras (p. 177-180) nada se diz, com efeito, sobre a dificuldade de princípio que está presente na ambiciosa operação de se

assumir no discurso teológico "os resultados da ciência do social". Suposto que se trate de resultados cientificamente assegurados e comprovados, comprovação que já apresenta não pequenas dificuldades, é necessário levar em conta que esses resultados são enunciados num discurso cuja natureza epistemológica difere essencialmente daquela própria do discurso teológico. Como articular organicamente (trata-se, nos é dito, de uma *mediação*) e não apenas justapor extrinsecamente esses dois discursos? Não digo que essa operação seja impossível. Santo Tomás de Aquino realizou magistralmente uma operação epistemológica análoga com relação à ciência aristotélica, na sua teoria da subalternação das ciências. Mas não vejo, na literatura da TdL, algo comparável à teoria tomásica. No livro do Pe. Libânio esse problema parece não existir ou se pressupõe resolvido, o que está longe de ser evidente. Com relação à "análise marxista", tenho a impressão de que a discussão a seu respeito permanece como que imobilizada em torno da questão da "cientificidade" do marxismo. Ora, essa questão não continua sendo um "debate gigantesco" (p. 198) como quer o Pe. Libânio, mas é uma questão hoje ultrapassada, já resolvida no campo da história das doutrinas econômicas que é o seu lugar próprio. O importante para a TdL é aprofundar o sentido da categoria da *práxis* e determinar exatamente o seu lugar na axiomática marxiana: esse lugar é central e a *práxis* marxiana só é tal enquanto regida pela teoria. Então se verá que não é necessário falar de "marxismo" nem, muito menos, de "análise marxista" para se integrar alguns tópicos, sobretudo éticos; das intuições de Marx e dos socialismos do século XIX numa teologia do social como pretende ser a TdL (ver pgs. 42-44: essa imagem romântica do marxismo é, de fato, inofensiva. Mas, que marxista a adota? Dela, como nota o Pe. Libânio, não se pode tirar nenhuma conclusão em termos de uma qualificação "marxista" da TdL). Enfim, *last but not least*, creio que o problema muito importante da relação entre a TdL e o Ensino social da Igreja, precisa ser retomado em profundidade, sobretudo agora que a "Sollicitude rei socialis" definiu explicitamente esse Ensino como uma *teologia* e, especificamente, uma *teologia moral* isto é, por definição, uma teologia da *práxis* cristã. As breves linhas das pgs. 44-45 são, no caso, nitidamente insuficientes.

Sem deixar de ter méritos didáticos indiscutíveis (as bio-bibliografias da III p., p. 279-332 constituem uma fonte de informação preciosa e, provavelmente, única), o livro do Pe. P. Rangel não se originou de um curso nem se organiza à maneira de um curso. É uma contribuição pessoal em que o A. põe a sua ciência e experiência de teólogo,

sua vasta informação, seu talento de escritor e um visível e meritório esforço de objetividade e equilíbrio, a serviço do leitor que deseje informar-se sobre a TdL, tomando como guia o ensinamento da Igreja a respeito, sobretudo a instrução *Libertatis nuntius* (ver p. 12). A primeira parte do livro (19 pequenos capítulos) enfeixa os temas principais da TdL que, de acordo com o diagnóstico da *Libertatis nuntius*, apresentam aspectos polêmicos ou discutíveis ou mesmo se prestam a formulações inaceitáveis. A respeito de cada um desses temas o A. elenca perguntas críticas e esboça linhas de possíveis respostas. Embora escrevendo *sine ira et studio*, é inegável que o Pe. P. Rangel cobra com energia dos autores da TdL uma nitidez maior de conceitos e um rigor teológico maior na elaboração conceptual. Como deixar de dar-lhe razão? A bibliografia da TdL é como um vasto campo onde há muita vegetação rasteira, alguns arbustos, poucas árvores. Entre essas árvores alteia-se agora o livro do Pe. Libânio, que o Pe. Rangel não chegou a incluir na sua Bibliografia, mas que talvez responda, em grande parte, aos seus *desiderata*. Essa primeira parte do livro do Pe. Rangel é acompanhada de 5 Apêndices (p. 151-236) que reproduzem artigos do jornal "O Lutador" sobre a TdL, sendo que o Ap. V ("Os teólogos da libertação e o seu marxismo") foi reescrito especialmente para o livro. Esses Apêndices complementam utilmente o que vinha sendo discutido nas páginas anteriores. A segunda parte (p. 239-278) é mais sucinta e leva como título, "Nos caminhos da libertação". É dedicada ao Ensino social da Igreja, mostrando como nele estão presentes os elementos e as diretrizes do que seria uma TdL tal como é saudada como desejável e mesmo necessária por João Paulo II, sobretudo na Instrução "Libertatis conscientia" (ver pgs. 227-236).

Volto à minha observação inicial: os livros do Pe. Libânio e do Pe. Rangel convergem, através de uma *concordia discors*, para o mesmo objetivo que o leitor dos dois pode considerar plenamente atingido.

Quanto à TdL (na variedade das suas versões e nos limites em que essas permanecem teologicamente significativas, ver Libânio, cap. XIII), trata-se de um importante movimento de idéias e de iniciativas pastorais no seio das Igrejas cristãs, sobretudo da Igreja Católica na América Latina, com irradiação para o resto do 3.^o mundo e mesmo do 1.^o, que já produziu resultados apreciáveis e pode produzir novos e melhores frutos se consentir em se reciclar metodológica e tematicamente, se se fizer um pouco menos militante e um pouco mais interrogante, se aceitar empenhar-se num diálogo mais profundo

e mais exigente com a tradição teológica. Penso que o livro do Pe. Libânio aponta nessas direções e, portanto, deve ser saudado como início de nova e auspiciosa fase da TdL.

H. C. Lima Vaz

KELLER, Miguel Angel, *Evangelización y Liberación - El Desafío de Puebla*. col. Nuevo Exodo n. 1. Instituto "Bíblia y Liberación". Editorial "Bíblia y Fe", Madrid 1987, 370 pp.

Nos anos seguintes à III Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizada em Puebla no ano de 1979, assistimos a um pulular de artigos e publicações sobre o evento e seu respectivo *documento final*. Depois caiu sobre Puebla um silêncio incômodo, que se deixa interpretar de diversas maneiras. Um texto muito desigual, com intuições pastorais ricas e corajosas, aliadas a uma teologia pouco afinada com a tônica dominante no Continente, já que os principais teólogos latino-americanos não participaram diretamente em sua redação.

Não deixa de ser auspicioso o aparecimento de uma ampla obra dedicada totalmente a esse evento eclesial da A. Latina. Publicada na Espanha, por um teólogo agostiniano, que conta com a experiência pastoral no Panamá, de modo especial na Comissão de reflexão teológica da Conferência Episcopal do país.

Trata-se de um estudo amplo e global sobre Puebla. O autor dispôs de precioso material, inclusive inédito, pesquisado nos arquivos do CELAM e no arcebispado do Panamá.

A primeira parte do livro tem caráter principalmente histórico, conjugado com análises ocasionais de cunho teológico-pastoral, descrevendo os antecedentes de Puebla, o seu processo de preparação e desenrolar.

A segunda parte do livro estuda teológico-pastoralmente a mensagem de Puebla, apresentando uma síntese do documento, os seus temas centrais e finalmente fazendo um balanço conclusivo.

Na primeira parte, o autor mostra enorme e amplíssimo conhecimento da situação, dos meandros mais retorcidos, da preparação

e desenrolar do evento. Desce a pormenores que revelam o grau de informação do autor.

Nessa parte, situa o acontecimento de Puebla no duplo contexto eclesial: universal e do continente. Nesse sentido, mostra a continuidade entre Puebla e o Vaticano II, o ensinamento de Paulo VI, sobretudo naqueles documentos mais voltados para a problemática social e da evangelização, os Sínodos de 1971 e 1974. No contexto latino-americano, situa Puebla em relação à caminhada da Igreja nesse continente, marcada sobretudo pela presença do CELAM e pelo acontecimento de Medellin.

A preparação de Puebla é narrada com ampla informação, estudando de modo especial a elaboração, o conteúdo e as reações aos dois documentos que precederam à Conferência Geral: o Documento de Consulta e o Documento de Trabalho. Nesse estudo analisa as tensões pastorais e as teologias subjacentes, que marcaram a tumultuada preparação de Puebla. O autor tenta mesmo colocar em forma didática e esquemática os pontos principais das duas visões antagônicas principais (pp. 111-116). Este esforço não deixa de ser interessante, ainda que certamente os defensores das posições contrapostas se sentirão insatisfeitos com formulações tão reduzidas. Mas, mesmo assim, o autor parece tocar pontos nevrálgicos reais.

O mesmo excelente nível de informação aparece na parte dedicada ao desenrolar da Assembléia. Consagra bom espaço, de maneira serena e objetiva, ao fato da presença/ausência de praticamente todos os conhecidos teólogos da libertação na Assembléia. Ausência, porque não só não foram convidados a participar, como também, incluídos na lista das Conferências episcopais, não foram acolhidos pela instância organizadora. Presença, porque estiveram operantes em Puebla a título pessoal ou a convite, em caráter privado, de algum membro da Assembléia.

Merece também ampla referência a questão em torno de o documento final tratar ou não da teologia da libertação. Explica o silêncio guardado a respeito dela: nem incentivo, nem condenação. Depois de terminado o documento na Assembléia, ele sofreu correções em Roma. O autor elucida tal incômoda peripécia. E termina tal parte sobre o desenrolar de Puebla, apresentando as leituras incompletas do conjunto do evento, ou que o reduzem ao simples texto, ou que o vêem unicamente em contraposição a Medellin sem luz própria ou na sua dimensão unicamente sócio-política.

A parte mais importante do livro é a segunda, onde se estuda a mensagem teológico-pastoral de Puebla. O autor a inicia relevando o significado global como uma experiência eclesial, como a difícil digestão da temática da libertação e do Deus dos pobres, como acontecimento decisivo da vida eclesial, como esforço de evangelização encarnada, como nova tomada de consciência da Igreja e como referência a Medellín.

Discutindo, em seguida, a existência de uma chave hermenêutica para ler todo o documento, distingue entre os comentaristas duas tendências. Uma prefere como eixo central a doutrina, a ortodoxia, isto é, a segunda parte do documento. Outra, que o autor considera mais coerente e apropriada, parte da prática pastoral para entender o conjunto do texto.

Outro grande bloco do livro trata dos temas fundamentais de Puebla. Inicia com a metodologia. Aprofunda o significado teológico da escolha do método de ver-julgar-agir, ou acontecimento-profecia-conversão. Estende suas reflexões à metodologia hoje predominante na teologia latino-americana. Mostra como no texto, apesar da opção por tal método, há oscilações e incoerências metodológicas. Certas partes dogmáticas assumem um caráter ortodoxo abstrato e desligado da parte pastoral. O mesmo se dá com a tensão entre ciências sociais e juízo sobre a realidade.

No estudo sobre a cristologia, eclesiologia e antropologia do documento, o autor distingue uma explícita e outra implícita. Mostra como a cristologia implícita é mais viva, narrativo-catequética e mais articulada com a realidade. Um mesmo juízo comparativo ele faz a respeito da eclesiologia, julgando a implícita mais rica, integral, válida e orientada ao serviço. E finalmente a antropologia implícita representa maior avanço. Tal fato é inteligível num texto escrito por pastores, que quando falam de suas experiências pastorais, são mais criativos. Quando, porém, são visitados pelos fantasmas dos erros teológicos, têm uma teologia mais rígida.

A última parte da análise teológica é dedicada ao tema da evangelização: método, conteúdo, práxis, relação com a religiosidade popular, com a libertação e promoção humana, e as opções preferenciais que a orientam.

Um breve, mas pertinente e lúcido, balanço final fecha esse longo trabalho. É uma obra completa. Para quem quiser, de fato, ter uma

ampla idéia da complexidade do evento e do documento de Puebla, nada melhor que a ler. Vai tornar-se obra imprescindível para o estudo aprofundado de Puebla. É o trabalho mais amplo e completo que conheço. Por isso, recomendo-o a quem quiser adentrar-se no conhecimento desse magno evento eclesial. Prima pela objetividade, serenidade, procurando ir aos fatos e apresentando discretos comentários, com muito equilíbrio. O leitor termina com uma idéia positiva do acontecimento de Puebla, já que pôde penetrar-lhe muito mais os meandros da preparação, do desenrolar e adquirir-se uma idéia mais completa do conteúdo do texto, num horizonte interpretativo muito amplo.

J. B. Libânio

HOFFE OTFRIED, *Immanuel Kant*, Biblioteca de Filosofia, 21 Barcelona, Editorial Herder, 1986, 311 pp.

De poucos filósofos se poderá dizer que estão tão presentes no debate atual como de Kant, seja para criticá-lo seja como inspirador. A atenção interpretativa que Kant encontra atualmente não se limita à sua filosofia teórica mas inclui também sua filosofia prática. Basta lembrar a transformação crítica da filosofia kantiana por K. O. Apel, na qual convergem a filosofia analítica, a hermenêutica e a filosofia transcendental; a teoria da justiça de J. Rawls que se baseia no conceito kantiano de autonomia, o princípio da generalização tido por alguns como o critério moral supremo junto com o imperativo categórico (Hare, Singer), etc.

Porém na presente obra trata-se apenas de uma introdução, mas de uma introdução que poderíamos chamar de qualificada. Pois o autor consegue com uma linguagem bem acessível expor com muita exatidão o núcleo de pensamento de Kant e explicar a constante influência que a sua filosofia exerceu até os nossos dias.

Metodologicamente dois caminhos se oferecem para uma introdução ao pensamento de Kant: ou a história de seu itinerário filosófico ou a história de sua influência. O autor inclui os dois. Esboça o itinerário (caps. 2 e 3) e conclui a obra com um cap. (14) sobre sua influência. Mas o núcleo da exposição está constituído pela análise de seus escritos principais. Os capítulos 4 a 8 respondem à pergunta "que

posso saber''? e nos apresentam a crítica da razão pura. A 2ª pergunta kantiana "que devo fazer?" é tematizada nos caps. 9 e 10, onde é desenvolvida a crítica da razão prática e a filosofia do direito e do Estado. A típica 3ª pergunta "que me é permitido esperar?" abre a dimensão do futuro como prolongamento da pergunta pelo dever moral. Ela trata sobre a possibilidade de tornar-se real o que deve ser. Levando em conta que a praxis humana oferece dois aspectos fundamentais, a tarefa de mediação prática ou o objeto da esperança do homem desdobra-se em duas partes: a filosofia da história (cap. 11) investiga a esperança da liberdade externa: o Direito; e a filosofia da religião (cap. 12) a esperança da liberdade interna: a moralidade ou a virtude, sendo que ambos os aspectos aparecem como complementares. A crítica do juízo (cap. 13) acaba o núcleo da exposição de Kant. Um apêndice com a tábua cronológica das obras e uma seleta e atualizada bibliografia sobre Kant encerram esta valiosa introdução.

Xavier Herrero

IRENE TAVARES DE SÁ — *Fazenda da Estrela* (romance) Prefácio de Rachel de Queiroz, Rio, Agir ed., 1988, 226 pgs.

O novo romance de Irene Tavares de Sá deve ser lido como continuação e desfecho (provisório) da trama descrita em *Verdes os Astros* (ver "Síntese" 36:1986, p. 101). Alí começam a entrelaçar-se os fios que irão compor o novo tecido narrativo. No seu breve mas denso e elegante Prefácio, Rachel de Queiroz disse tudo o que se pode dizer sobre *Fazenda da Estrela*. Como consagrada romancista que é, com fina intuição e domínio da sua arte, ela põe a descoberto o núcleo germinal de toda a história ao caracterizá-la como um drama propriamente *espiritual*. A prefaciadora situa *Fazenda da Estrela* na vertente *psicológica* do romance brasileiro. Observa acertadamente que os autores mais representativos dessa vertente — Otávio de Faria, Cornélio Penna, Lúcio Cardoso — privilegiam a dimensão religiosa na psicologia dos seus heróis. O mesmo se dá com Irene Tavares de Sá. No entanto, no que diz respeito à teologia subjacente ao drama religioso vivido pelos seus personagens, Irene Tavares de Sá não se filia à linhagem desses romancistas, que traduzem numa teologia de matiz jansenista sua concepção de Deus e da experiência religiosa. Seus modelos, dentro do romance católico não serão provavelmente

nem Mauriac nem Bernanos. Na verdade, as personagens centrais do livro, Marcos e Elisa, vivem uma história misteriosamente conduzida por uma Providência amorosa e paterna. Creio, pois, que o arquétipo distante do romance de Irene Tavares de Sá deve ser buscado em *Os Noivos* de Manzoni, ao qual, de resto, há uma discreta alusão no cap. XVI. Há mesmo, na narração de Irene Tavares de Sá, um êmulo de Don Rodrigo na pessoa do sinistro Coronel Dumas que, por outro lado, assim como o malvado fidalgo seiscentista de Manzoni, acaba também nas mãos de Deus. Uma outra referência literária que me ocorreu, ao ler *Fazenda da Estrela*, foi a do extraordinário Joseph Malègue que no genial *Augustin ou le Maître est là* criou o mais belo e admirável drama da fé perdida e reencontrada.

A obra de Irene Tavares de Sá recoloca com brilho, entre nós, o problema do romance católico. No próximo ano, ao que estou informado, a CNBB deverá ocupar-se com a questão das relações entre a Igreja e a cultura. Para alguns esse problema fica absorvido pela categoria de "inculturação" que, ao propor a dispersão do Cristianismo na multiplicidade das culturas profanas, retira qualquer especificidade a uma pretendida "cultura cristã" que ainda tente subsistir. Discordo dessa tese por razões teológicas, históricas e mesmo filosóficas. Não é o lugar aqui para expô-las. Mas um livro como o de Irene Tavares de Sá mostra que a cultura cristã existe. Logo, traz em si a prova irrefutável da sua própria possibilidade de existir. Voltando a Rachel de Queiroz: "*Fazenda da Estrela* é um livro para se ler, guardar e amar". É o conselho de quem sabe.

H. C. Lima Vaz